



## Artigos/Articles

### Emaranhados: Semióticas contra o Geontopoder

*Entangled: semiotics against geontopower*

Gleiton Matheus Bonfante<sup>1</sup>

Ana Luiza Krüger Dias<sup>2</sup>

Joana Plaza Pinto<sup>3</sup>

Suzane de Alencar Vieira<sup>4</sup>

## RESUMO

Este artigo explora o conceito de geontopoder como uma alternativa teórica para compreender as dinâmicas do liberalismo tardio e suas implicações para a infiltração de discursos coloniais e extrativistas. Além de descrever e discutir o conceito de geontopoder, o texto é estruturado a partir da visita de Elizabeth Povinelli à Universidade Federal de Goiás, em 2024, ocasião em que foram debatidas criticamente as decorrências filosófico-econômicas da divisão entre *Vida* e *Não-Vida* e as possibilidades de construção de uma semiótica contra o geontopoder. O terceiro objetivo deste artigo é apresentar os textos reunidos neste dossiê, enfatizando a urgência de práticas semióticas insurgentes que desafiem as estruturas epistêmicas e materiais do geontopoder. As discussões sobre linguagens contra-coloniais, epistemologias locais e modos alternativos de existência recebem grande evidência nas análises sobre como discursos coloniais moldam territórios e subjetividades, e quais resistências semióticas se fazem visíveis entre as práticas comunitárias de territórios afetados por despossessão e exploração, reafirmando o potencial crítico da linguagem enquanto ferramenta de resistência e transformação social. O artigo convida, finalmente, à reflexão sobre o papel das práticas acadêmicas na construção de resistências frente ao colonialismo contemporâneo e à valorização de perspectivas decoloniais em linguagens e epistemologias.

**Palavras-chave:** semiótica, geontopoder, liberalismo tardio, epistemologias decoloniais, resistência.

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. Bolsista FAPERJ nota 10. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6828-508X>. E-mail: [supergleiton@gmail.com](mailto:supergleiton@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7538-995X>. E-mail: [kruger.analuiza@gmail.com](mailto:kruger.analuiza@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8052-9390>. E-mail: [joplazapinto@ufg.br](mailto:joplazapinto@ufg.br).

<sup>4</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8158-210X>. E-mail: [suzanealencar@ufg.br](mailto:suzanealencar@ufg.br).

## ABSTRACT

---

*This article explores the concept of geontopower as a theoretical alternative for understanding the dynamics of late liberalism and its implications for the infiltration of colonial and extractivist discourses. In addition to describing and discussing the concept of geontopower, the text is structured around Elizabeth Povinelli's visit to the Federal University of Goiás, Brazil, in 2024, when the philosophical and economic consequences of the division between Life and Non-Life were critically debated, as well as the possibilities for building a semiotics against geontopower. The third objective of this article is to present the texts gathered in this special issue, emphasizing the urgency of insurgent semiotic practices that challenge the epistemic and material structures of geontopower. Discussions of anticolonial languages, local epistemologies and alternative modes of existence are highlighted in the analyses of how colonial discourses shape territories and subjectivities, and what semiotic resistances are visible among community practices in territories affected by dispossession and exploitation, reaffirming the critical potential of language as a tool for resistance and social transformation. Finally, the article invites us to reflect on the role of academic practices in building resistance to contemporary colonialism and to value decolonial perspectives on languages and epistemologies.*

**Keywords:** *semiotics, geontopower, late liberalism, decolonial epistemologies, resistance.*

*Acho que tempos difíceis estão chegando, quando desejaremos as vozes de escritoras e escritores que possam ver alternativas para como vivemos agora e que possam enxergar, através de nossa sociedade amedrontada e suas tecnologias obsessivas, outras maneiras de ser ou até mesmo imaginar alguns motivos reais para termos esperança. Precisaremos de escritoras que possam se lembrar da liberdade. Poetas, visionárias — realistas de uma realidade maior (Ursula Le Guin)*

### 1. Introdução

Ursula Le Guin, em seu discurso de recebimento do *National Book Foundation's Medal for Distinguished Contribution to American Letters*, um dos prêmios mais aclamados em literatura nos Estados Unidos, nos compele à necessidade de vozes que vislumbrem modos alternativos de viver, que possam imaginar territórios de resistência e liberdade que o humanismo e suas práticas coloniais não conseguem tangenciar. Territórios que ousam não se vender e onde o capital não é um deus, nem um consolo. Territórios que, por

vezes, são circunscritos por palavras, são feitos por elas, mas que também as produzem. Territórios não organizados pela extração e onde a anacronia do colonialismo não se embrenha nas formas de saber. Seria possível imaginar ou mesmo criar performativamente estes espaços, considerando a pressão exercida pelos modelos moderno-coloniais de produção de conhecimento nos processos de violência contra formas de pensar o mundo que não se reduzem à universalidade racional masculina, branca, eurocentrada e, sobretudo, liberal? Esse dossiê aposta que sim.

As pressões liberais dentro do campo científico-literário e, principalmente, político, elegem a violência e a extração como língua franca das relações moderno-coloniais. Uma violência extrativa que mastiga corpos (vivos ou não) se desenha então como uma encruzilhada onde aquilo que consideramos *Vida* e *Não Vida* são absorvidas pela destruição do capital; esse é o interesse central desse conjunto de artigos. Esse extrativismo liberal segue impregnando filosoficamente nossas maneiras de conceituar e de conceber a distinção entre formas de *Vida* e *Não Vida* - ou mesmo de considerar essa divisão como imprescindível às narrativas humanas. Para Haraway (2016), as narrativas do *Anthropos* são uma armadilha e suas histórias nunca acabam bem. Essa distinção *Vida* e *Não Vida*, frequentemente sustentada pelo marco semiótico da mente e da linguagem (ver Povinelli, neste volume), pretende, através da despossessão semiótica, alienar certas formações existentes de seus direitos de perseverar em si, de continuar existindo. Formações rochosas, minérios de interesse, jazidas: “tudo é mineração” (Ranniery e Telha, neste volume), tudo é passível de produzir riqueza, de ser extraído; tudo que “não possui uma alma”<sup>5</sup> é convenientemente entendido como instrumental à existência humanista e combustível indispensável para o capitalismo destrutivo ao qual resistimos.

Uma forma pela qual resistimos é com o conjunto de textos apresentados neste volume, os quais tanto evidenciam os efeitos dos colonialismos em curso quanto produzem imaginações de ser de outra maneira diante deles. As diferentes violências contra a terra de que falam os artigos esquadriham as formações que prometem riquezas capitais a partir de sua expropriação, tratamento e comercialização. Talvez já seja evidente, mas essas extrações liberais coloniais, embora possuam várias feições, têm efeitos em comum: a destruição de mundos grandes e pequenos, de narrativas alternativas, a consumação de corpos, a exacerbação da *Não Vida* como privada de direitos à existência. Os extrativismos liberais coloniais golpeiam o futuro ferozmente. E a partir de uma postura política, este dossiê aposta em tornar visível a microfísica do geontopoder no Brasil, pensando língua(gens), paisagens, corpos, cidades, perigos, gênero, tecnologia, costurando um espaço de crítica e de produção de novas linguagens, epistemes, teorias, narrativas.

---

<sup>5</sup> A alma é um signo cínico da extração e despossessão, porque embora seja um corte entre sujeito e objeto, não garante o reconhecimento como sujeito de direito.

Engajamo-nos com o desejo de desvelar as micropolíticas dessas relações de resistência ao extrativismo liberal. Faz-se urgente estabelecer uma crítica contundente à cumplicidade da linguagem e das ciências humanas na criação, justificação e invisibilização dessas violências extrativistas, bem como seu papel na governança da diferença por meio da produção de semioses responsáveis pela distinção política - sempre hierarquizante - entre corpos, objetos e territórios, e pela distribuição desigual dos efeitos de poder entre eles. Os artigos aqui reunidos exploram, por distintas linhas de argumentação, as incoerências éticas das práticas de extrativismo e governança por diferentes territórios no Brasil (Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Distrito Federal), epitomizadas pela figura enigmática do sertão, que nos convida a ver a vida pela perspectiva das raízes (ver Nascimento Fonseca, neste volume). Cada um com sua perspectiva, os textos aqui reconhecem e dramatizam, por um lado, o emaranhamento entre diversas formas de existência no planeta e, por outro, os processos históricos que se articulam a discursos, afetos e táticas que insistem em criar e manter separações entre essas formas de existir.

Este dossiê foi inspirado pela visita da antropóloga Elizabeth Povinelli (Columbia University) à Universidade Federal de Goiás (Goiânia, GO, Brasil) em abril de 2024. Com enfoque nos desdobramentos de sua complexa crítica ao Liberalismo tardio, desenvolvida na trilogia *The Empire of Love* (2006), *Economies of Abandonment* (2011) e *Geontologies* (2016, publicado em português em 2023 pela editora Ubu), Povinelli veio ao Brasil apresentar e discutir no workshop intitulado *Semiotics after Geontopower* seus argumentos para sustentar uma Semiótica contra o Geontopoder. A densidade crítica das interações nos instigou a continuar o diálogo, incluindo sua obra mais recentemente traduzida para o português, *Between Gaia and Ground* (2021, publicado em português em 2024 pela editora Ubu) e esboçando esse território de resistência.

Na próxima seção, apresentaremos as principais noções debatidas durante o workshop em interações com pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras. Na segunda seção, investimos no mote *Semiótica contra o Geontopoder* ao fazer um percurso teórico do conceito de biopoder ao conceito de geontopoder. Nas demais seções, apresentamos os artigos que compõem este dossiê da RILA e explicamos como contribuem para a pesquisa brasileira crítica sobre linguagem e discurso diante das catástrofes climáticas e como retomam noções teóricas que consideramos imprescindíveis a uma arte do emaranhar-se, de se reconhecer no outro, e se misturar, ou mesmo, como cobras que se comprimem, se enrolam e tensionam seus corpos para se defender, manter as defesas e tensionar na teimosia e na persistência de semióticas contra o geontopoder.

## **2. Elizabeth Povinelli no workshop *Semiotics after Geontopower***

O trabalho de Elizabeth Povinelli (2011, 2013, 2016, 2021, 2023b) parece ser um ponto sólido na deriva pela compreensão das táticas liberais que pretendem delinear e manter separações entre a *Vida* e a *Não-Vida*. Assim, sua produção teórica sobre as catástrofes ancestrais do liberalismo tardio, inspiradas por analíticas indígenas e negras ganha centralidade nessa coleção de artigos, por possuir força transformativa. Povinelli esteve na Universidade Federal de Goiás de 15 a 19 de abril de 2024 para a realização do workshop *Semiotics after geontopower*, organizado pelos grupos de pesquisa Perspectivas Linguísticas Contemporâneas e Caroá<sup>6</sup>, em parceria com os Programas de pós-graduação em Letras e Linguística e em Antropologia Social da UFG<sup>7</sup>. Este workshop foi coordenado pela profa. Joana Plaza Pinto e pela profa. Suzane de Alencar Vieira e as atividades do Workshop integraram a disciplina Seminários sobre Linguagem, sociedade e cultura, conduzida pelas docentes e creditada aos dois programas parceiros no evento.

Com as questões provocadas pelo engajamento com o livro até então traduzido, *Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio* (Povinelli, 2023b) em horizonte de reflexão, o workshop desenvolveu o tema *Semiotics after geontopower*, em que Povinelli discutiu como a Semiótica poderia desarranjar, atrapalhar o geontopoder. A proposta da série de palestras foi construir uma crítica sobre a cumplicidade da linguagem na história dos processos de violências nas desigualdades raciais, na crise climática e nos conflitos articulados no capitalismo do século XXI, presentes e ancestrais, das formas mais diversas de produção de sentido, dos modos sociais do tempo (*tense/time*), das formas narrativas, das figurações gramaticais, das semioses implicadas tanto nas separações quanto nos emaranhamentos na distribuição desigual dos efeitos de poder nos corpos, nos objetos, nos territórios, no planeta (ver Povinelli, neste volume).

Na ocasião de sua visita, Povinelli apresentou um curso sobre suas perspectivas filosóficas e antropológicas de embate a um pensamento ontológico sobre realidade, mente, terra, despossessão e semiose. A experiência foi um levante que se rebelava contra as dinâmicas da verdade e do verdadeiro nos colonialismos de povoamento. Para Povinelli, “verdade é um embate para manter em lugar certas materialidades do mundo” (Povinelli, 2024a).

No primeiro dia do workshop, o tema da conferência foi *Semiótica e a comunicação humana e mais que humana*, em que Povinelli se lançou à destituição de uma intuição cientificista segundo a qual só humanos possuem semiótica, questionando a noção de verdade em filosofia e linguística, e

<sup>6</sup> Aqui se encontram os endereços digitais dos grupos de pesquisa Perspectivas Linguísticas Contemporâneas: <https://perspectivas.letras.ufg.br> e Caroá: <https://caroa.fcs.ufg.br>.

<sup>7</sup> O evento recebeu apoio financeiro da Fapeg (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás) por meio da Chamada Pública 03/2023 (Realização de Eventos) e da Chamada Pública 01/2024 - Internacionalização de programas nota 5/projeto PPGAS, do Programa de Excelência da CAPES (PROEX) do PPGLL e do Centro de Línguas.

propondo agnosia na atribuição de diferenças simbólicas entre o mundo humano e mais que humano. No segundo dia, o tema da discussão foi *Catástrofes ancestrais e atuais*. Na ocasião, Povinelli mergulhou no trabalho de Alain L. Locke e Charles S. Peirce para questionar noções de mente, semiótica e realidade, que sustentam tanto o colonialismo quanto o próprio humanismo. Ela enfatizou que o sentido nunca é evidente e que o real é um desejo melancólico. No terceiro dia, o foco foi tensionar a *Semiótica* frente a *colonialismos em curso*. Nessa manhã, Povinelli explicou que **embora as existências sejam emaranhadas, a distribuição da persistência dessas existências é desigual**.

O quinto e último dia foi reservado para exibição e debate de dois filmes produzidos pelo *Karrabing Film Collective*<sup>8</sup>: *Night fishing with ancestors* (2023) e *The Mermaids, or Aiden in Wonderland* (2018). No debate, Povinelli falou sobre o processo de produção e montagem dos filmes e como eles se mostraram para o Karrabing – coletivo de arte e luta pela terra composto por membros de comunidades indígenas do noroeste da Austrália com os quais ela convive há 40 anos – como alternativa econômica à cessão das terras para mineração, permitindo o financiamento coletivo das comunidades.

Durante suas conferências, Elizabeth Povinelli provocou a audiência: “Será que precisamos de uma semiótica **depois** do geontopoder?” (Povinelli, 2024b, grifo marca a entonação da voz da autora). Restará algo com sentido depois da realização completa do geontopoder e a exaustão da terra? A diferença de perspectiva, ilustrada pela mudança do advérbio para a preposição, dramatizou a catástrofe ancestral como um jogo sem saída, ressaltando a necessidade de uma semiótica que se levante **contra** o geontopoder: “semiótica contra o geontopoder tem por objetivo render a semiótica como incoerente” (Povinelli, 2024a). *Semiótica contra o Geontopoder* é um deboche do desejo de transparência e de verdade que impregnam a linguagem, a filosofia e a semiótica. É um jogo que a autora tem jogado em sua extensa produção sobre a história dos colonialismos e sua articulação com a construção e vivência da intimidade, do gênero e da sexualidade.

Essa provocação inspirou a organização desta coletânea, pois nós que escrevemos esse texto já vivíamos o desejo de uma semiótica rebelde, que possa se fazer presente onde não é bem-vinda, e que mais batalha e menos explica. Essas são as características de uma semiótica política que luta, que se agarra, que se emaranha, que “pega” (Althusser, 2005). Reconhecer-se emaranhado não é apenas uma convolução de entes, mas uma urgência política frente a catástrofes anunciadas do Antropoceno. Em certo sentido,

---

<sup>8</sup> Fundado por membros de comunidades do noroeste da Austrália, o *Karrabing Film Collective* é um grupo indígena de produção de mídias, que usa sua produção cinematográfica como um meio de auto-organização e análise social. As exposições e publicações permitem que o Karrabing desenvolva linguagens e formas artísticas locais e que o público conheça novas formas de agência indígena coletiva. Para saber mais: <https://karrabing.info/karrabing-film-collective>.

essa reunião de artigos é uma festa de persistência, um conjunto de gestos de teimosia política e epistêmica. São levantes articulados com desejo de resistência. Emaranhados em ética que revira arquivos inquietos, onde resíduos se depositam. E os resíduos coloniais, resultados de uma realocação de toxicidade, sempre ficam na terra e nos corpos, criando arquivos que são verdadeiros lembretes das dinâmicas do poder colonial (Mombaça, 2021; Silva, 2019; 2022). É dever ético de pesquisadoras e pesquisadores ousarem abrir esses arquivos tóxicos sem se deixar envenenar pelos discursos coloniais (ver Santos, neste volume). E, por vezes, o antídoto do veneno está na ponta da língua, nos conceitos cunhados para a transformação social, como o que discutimos na próxima seção.

### 3. O conceito de geontopoder

Considerando que Povinelli (2021) defende que a cunhagem e o emprego de conceitos possibilitam a canalização de nossa energia para formações que queremos ver florescer ou extinguir, a elaboração de uma linguagem que nos permita desvelar os problemas ancestrais do extrativismo liberal se torna urgente (Bispo dos Santos, 2023; Pereira Batista, neste volume). A elaboração de uma língua anticolonial é um gesto epistêmico de responsabilidade ética que busca expandir o diálogo científico para recobrir seus pontos de cegueira política. O conceito de geontopoder pode exemplificar as lutas discursivas que se dão no campo conceitual, no sentido de que esse conceito repensa as considerações foucaultianas sobre o biopoder fora do território europeu. Nesse sentido *geontopoder* permite uma abertura crítica para atravessar a nebulosa do debate em torno da crise climática e rastrear o imaginário do geontopoder do capitalismo liberal a partir do campo anticolonial.

Foucault (1996) explica que o governo exerce um poder do tipo “pastoral”, aquele que infiltra e que pretende cuidar de e salvar cada um dos sujeitos arrebanhados por meio de táticas coletivas e disciplina individual. Embora ele não acredite que o poder seja uma força unilateral que se produza sobre alguém, em seus exemplos, o poder de que se fala é quase sempre o exercício de poder através das técnicas de governo para conduzir a vida das pessoas na Europa. Biopoder se refere, assim, a uma analítica europeia da gestão da vida, uma prática de governo da vida de todos os sujeitos individualmente.

O biopoder é definido como assumindo duas formas: consiste, por um lado, em uma anátomo-política do corpo e, por outro, em uma biopolítica da população. A anátomo-política refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados de extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por sua vez, a biopolítica da população

volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade (Furtado; Camilo, 2016: 34).

Essas duas formas assumidas pelo biopoder se referem a formas mais ou menos diretas de conduzir os sujeitos, de governar suas vidas (coletivamente pela lei, e individualmente pela disciplina). Nas palavras do próprio Foucault, elas se referiam a campanhas e técnicas, como ele define:

Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas percebam, a taxa de natalidade, ou dirigir para uma determinada região ou para determinada atividade os fluxos de população (Foucault, 1978: 425).

Essa gestão ou governança das populações se manifestou de formas distintas, em diferentes momentos históricos, e é retomada de forma distinta por distintas perspectivas. Povinelli sugere que, olhada de outras regiões geográficas, sobretudo das terras distantes da Europa, calejadas pelo colonialismo extrativista, a biopolítica se torna um “provincialismo” (2023b: 20).

Antes da autora, o conceito de biopoder foi retomado por debatedores críticos, como Achille Mbembe (2018) e Giorgio Agamben (2002). Baseando-se nos escritos de Foucault, o intelectual camaronês coloca em projeção o “deixar viver” e “deixar morrer” da realidade segregadora, cunhada e mantida pelo Estado racista-colonial. Para Mbembe, o Estado é uma manifestação colonial que permanece em curso. Seu conceito de necropoder relaciona a noção de biopoder com as ideias de soberania e Estado de exceção e propõe que o biopoder não pode explicar as governanças da diferença em lugares como Gaza e Cisjordânia. Em *Necropolítica*, o mecanismo do necropoder positiva a morte, torna-a desejável. O necropoder, segundo Mbembe, atua e faz da morte não um subproduto administrativo mas um objetivo a ser alcançado, algo que deve acontecer como parte das atividades pastorais do governo. Opõe-se neste autor o “fazer viver” do biopoder com o “deixar morrer” praticado ativamente pelos Estados contemporâneos.

Já Agamben, com quem Mbembe dialoga bastante, fala do poder soberano dos reis, na medida em que este poder assinala o limite da legitimidade jurídica, pois o monarca ou governante absolutista é aquele que nutre o paradoxo de estar simultaneamente dentro e fora da lei. Sua teorização se dedica aos Estados modernos e ressalta a vida nua como a “força e íntima contradição da democracia” (Agamben, 2002: 121). Agamben aciona o conceito de *corpus* como o “novo sujeito da política” (Agamben, 2002: 120). Esse *corpus* central ao direito moderno simultaneamente se sujeita ao poder soberano e detém liberdades individuais. A partir de suas teorizações,

Agamben descreve o nascimento da democracia europeia em embate com o absolutismo girando centripetamente em torno do *zoé* (a vida nua em seu anonimato) e não em torno do *bíos* (a vida qualificada do cidadão).

Na abordagem de Povinelli, o geontopoder<sup>9</sup> desbanca certa reverência à vida humana, ao humanismo e ao centro geográfico do colonialismo. Inspirado por analíticas nativas indígenas, o geontopoder desdramatiza o humanismo. Esse conceito parece articular um fator que, embora presente na teorização foucaultiana, não recebe grande atenção nas suas análises do poder: a questão econômica. Discutindo a governamentalidade, Foucault (1978) nos explica que a economia se tornou um dos pilares da gestão liberal de populações. Ou melhor, que a arte do governo promoveu a economia a um conceito mais próximo do que ele significa hoje:

Foi com o desenvolvimento da ciência do governo que a economia pôde centralizar-se em um certo nível de realidade que nós caracterizamos hoje como econômico; foi com o desenvolvimento dessa ciência do governo que se pôde isolar os problemas específicos da população (Foucault, 1978: 423).

O filósofo explica que o objetivo do governo passa a ser então “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde etc.” (1978: 425). Vê-se nessa citação uma tríade do poder pastoral (Foucault, 1996) na sociedade disciplinar: a estatística, a economia e a medicina. Essas disciplinas podem exemplificar as relações forjadas pelo biopoder e a gestão das populações. Cuidar da saúde e longevidade das pessoas, baseando-se em modelos numéricos, e ao mesmo tempo cuidar da extração liberal colonial e produção de riquezas também baseando-se em modelos numéricos. É justamente essa extração liberal-colonial que escapa ao brilhante trabalho histórico de Foucault, mas configura-se como questão limítrofe no trabalho de Povinelli. O limite é justamente o que se entende por vida, por *Vivo*, e portanto, como sujeito de direito. E esse limite é traçado por linhas mercantis, pois o *Não-vivo* possui um status instrumental, submetido aos interesses do capitalismo. Como um emaranhado crítico-conceitual, *geontopoder* busca religar as teorias críticas aos contextos de enfrentamentos contra o capitalismo extrativista e posicionar o pensamento crítico na história colonial e racial. A crítica e a criação conceitual reagem também a uma política colonialista do conhecimento que opera separando aqueles que podem pensar a crise ecológica daqueles que sofrem dramaticamente e em seus territórios esses enfrentamentos com o capitalismo extrativista.

O conceito de geontopoder complexifica a governança da vida e da morte ao instituir sua dependência filosófica de outra diferenciação governada:

---

<sup>9</sup> É importante frisar que o geontopoder não se refere a uma forma de poder contemporânea que venha substituir o biopoder. Ao contrário disso, Povinelli explica que o “biopoder (a governança por meio da vida e da morte) tem há muito tempo dependido de um geontopoder implícito (a diferença entre o vivo e o inerte)” (2023b: 24).

aquela entre a *vida* e a *não-vida*, que tem operado de forma explícita nos colonialismos como roteiro ético para o extrativismo. Geontopoder é um poder de divisão classificatória da existência, que se faz sensível na contemporaneidade como estratégia discursiva de despossessão colonial e de manutenção do sujeito humanista como único sujeito de direito. Geontopoder não nasceu primeiramente como conceito a ser aplicado nos mundos nativos. É, ao contrário, um conceito “que emerge da percepção que se tem, nesse espaço limitado, a respeito da governança liberal tardia” (Povinelli, 2023: 24-25). A autora o define da seguinte forma:

O modo mais simples de delinear a diferença entre geontopoder e biopoder é considerar que o primeiro não opera pela governança da vida e pelas táticas da morte, e sim se apresenta como um conjunto de discursos, afetos e táticas utilizados no liberalismo tardio para manter e dar forma à relação futura da distinção entre *Vida* e *Não Vida* [...]. Pretende-se que a geontologia realce, por um lado, o cerceamento ontológico da existência (a caracterização de todos os existentes como aqueles dotados de qualidades associadas à *Vida*). E, por outro lado, pretende-se realçar a dificuldade em encontrar uma linguagem crítica que possa abarcar o momento em que uma forma de poder bastante autoevidente em certos regimes de liberalismo tardio de ocupação torna-se visível globalmente (Povinelli, 2023b: 22-23).

O geontopoder é, portanto, uma analítica que empresta energia ao liberalismo tardio, e como tal, mecanismo de vida e morte que deve ter sua penetração discursiva e seus mecanismos de extração contraditos, denunciados, combatidos. Como ideologia colonial, o geontopoder toca a produção de conhecimentos e sentidos, nos provocando a pensar alternativas epistêmicas que desafiem o enraizamento desse poder na semiótica. Uma semiótica contra o geontopoder que atrapalhe as estratégias liberais tardias para governar as diferenças e os mercados. *Geontopoder* como crítica e criação conceitual retém a força das analíticas da existência do coletivo Karrabing. Seu fluxo de criação conceitual segue emaranhado a formas de vida dissidentes em relação a modos de ser dominantes e dominados inscritos no geontopoder. É neste ponto que o trabalho de criação e crítica conceitual se alia a outras éticas da relacionalidade que não reproduzem ontologias e epistemologias colonizadoras e desativam toxicidades no plano ecológico, político e social.

Nas próximas seções, apresentamos os artigos que contribuem para o debate neste dossiê, artigos que tornam visíveis a microfísica do geontopoder,

artigos em que o trabalho semiótico denuncia<sup>10</sup> o geontopoder e seus afetos, discursos e táticas.

#### 4. Gramáticas da Extração e Tecnologias da Alteridade

A produção de *commodities* posiciona o Brasil na ponta do circuito de acumulação de riqueza do colonialismo que começa, se mantém e se atualiza por meio de várias destruições, violências e aniquilações ecológicas, políticas e subjetivas. O Brasil foi um dos mais extensos territórios de extração e despossessão colonial desde a invasão portuguesa. A origem etimológica de seu nome indicia essa extração. Brasil não foi de início a alcunha do território, mas de um de seus produtos: uma espécie de árvore típica da Mata Atlântica cuja madeira possui tom avermelhado, *Paubrasilia enchinata*, popularmente conhecida como pau-brasil. Esta nação carrega em seu nome o interesse mercantil do colonizador. Somos batizados pela extração e sustentamos visíveis nossas veias abertas (Galeano, 1978), das quais fluem vários tipos de riqueza, como aquelas misturadas na terra e reviradas pela mineração, e várias formas persistentes de luta em novas gramáticas contra o interesse extrativista.

As formas reviradas pela mineração se fazem vivas no ensaio de Thiago Ranniery e Renata Telha, *Quadros do extrativismo*, onde autor e autora analisam como o extrativismo mineral em Minas Gerais perpetua violências coloniais e raciais por meio de materialidades e semioses que transcendem o tempo cronológico. Utilizando o conceito de “quadros do extrativismo”, Ranniery e Telha propõem uma leitura não linear das práticas mineradoras como eventos contínuos que afetam mundos humanos e mais-que-humanos. A partir de uma análise visual e narrativa, o texto expõe como a mineração reconfigura territórios e corpos, transformando-os em recursos para o capital global. Ele critica a naturalização dessas práticas pelo geontopoder, destacando como comunidades locais resistem às imposições coloniais e criam novos modos de existência e significação. Ao questionar as bases do extrativismo e propor uma abordagem crítica às práticas coloniais, o texto contribui para uma compreensão anticolonial da governança de territórios e corpos, reforçando a necessidade de resistências semióticas frente às dinâmicas do geontopoder.

Formas persistentes de luta em novas gramáticas são descritas no artigo *Pragmáticas do perigo* de Suzane de Alencar Vieira. O artigo explora a

---

<sup>10</sup> Em sua excitante obra sobre o Chthuluceno, Haraway (2016) comenta o trabalho de Isabelle Stengers com reverência, ressaltando sua preocupação em produzir textos que se distanciem do gênero discursivo da denúncia política e ambiental. Apesar da admiração pela antropóloga, Haraway se posiciona, confessando que “ama uma boa denúncia”! É preciso compreender que pesquisadoras e pesquisadores, sobretudo nos dias atuais, são agentes imprescindíveis de ordem pública, defesa e segurança da população, cuidado ético, divulgação científica e denúncias. Nesse quadro de abundantes gramáticas da extração, é imperativo irmos a lugares onde não somos bem-vindas e bem-vindos.

emergência de éticas ecológicas dissidentes no sertão de Caetité-BA, conectando-as às formas de resistência ao geontopoder. Desenvolvendo o conceito de “pragmáticas do perigo”, Vieira destaca como comunidades quilombolas enfrentam as catástrofes climáticas e ancestrais, expondo os efeitos do capitalismo extrativista na produção do sertão. Baseada em uma abordagem etnográfica e em diálogo com Povinelli, a autora analisa como práticas comunitárias resistem às imposições do liberalismo tardio, reconfigurando linguagens e subjetividades. A narrativa revela como o sertão é transformado em “território produtivo” para o extrativismo, enquanto comunidades tradicionais persistem em práticas que desafiam essa lógica, reforçando uma semiótica ecológica centrada na interdependência de humanos e mais-que-humanos. *Pragmáticas do perigo* conecta diretamente os conceitos de Povinelli ao contexto brasileiro, oferecendo uma análise rica sobre as articulações entre linguagem, poder e colonialismo. Sua abordagem contracolonial, centrada nas práticas de resistência do sertão, propõem alternativas epistemológicas e éticas à realização do geontopoder.

A extração possui táticas e investe em tecnologias em sentido amplo e em sentido estrito. Em sentido estrito, as tecnologias de extração são máquinas pesadas que o garimpo ilegal contrabandeia para dentro da floresta e que o governo financia ao agronegócio sempre em expansão. São máquinas que voam distribuindo veneno nos céus do Brasil, são ferramentas e instrumentos que furam e cavam sem nunca ver o sangue da terra. Em sentido amplo, o extrativismo possui tecnologias que ajudam a manter no lugar as práticas extrativistas como discursos, pedagogias, jogos e programas de computador. É nessa perspectiva que se inserem as contribuições do artigo *Anulação da diferença ou (Mediações semióticas para além do currículo)* e do artigo *Abstrações computacionais em arquivos coloniais e pós-coloniais*.

O artigo *Anulação da diferença ou (Mediações semióticas para além do currículo)*, de Atos Paulo Rodrigues Silva e Guilherme de Moura Cunha, analisa como políticas educacionais brasileiras, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se articulam com o ideário neoliberal, resultando na supressão da diferença em favor da conformidade. O texto discute o apagamento do papel crítico do professor e a normatização de subjetividades para atender às demandas de um mercado de trabalho extrativo, as quais são caracterizadas como uma forma de adestramento de corpos e mentes. Contudo, o artigo propõe que a prática docente, mesmo marginalizada, pode resgatar a função crítica da escola ao desafiar os limites impostos pelo currículo, sugerindo mediações semióticas como resistência. Este texto contribui diretamente para as discussões aqui emaranhadas ao explorar a relação entre linguagem, poder e governança da diferença, temas centrais à obra de Povinelli, e ao promover uma pedagogia crítica como forma de resistência ao geontopoder, desafiando a colonialidade enraizada nas práticas curriculares.

Já o artigo *Abstrações computacionais e identidades em arquivos coloniais e pós-coloniais*, de Vinícius Vargas Vieira dos Santos, investiga como plataformas digitais hegemônicas reproduzem dinâmicas coloniais por meio de abstrações computacionais que ocultam identidades e reforçam desigualdades. Com base nas ideias de Povinelli sobre *semiocapitalismo* e *quase evento*, Santos analisa como *affordances* digitais favorecem a captura e a comercialização de dados em detrimento da autonomia dos usuários. Em contrapartida, são apresentadas iniciativas de resistência, como softwares indígenas australianos que integram identidades nos algoritmos, sugerindo arquiteturas pós-coloniais que confrontam o poder arcôntico das mídias dominantes. Este trabalho alinha-se com o objetivo do dossiê ao abordar a governança digital da diferença e suas implicações coloniais, propondo alternativas epistêmicas que questionam a lógica neoliberal. Ao destacar práticas indígenas como contranarrativas, o texto aponta para a possibilidade de novas gramáticas das tecnologias digitais quando concebidas sob perspectivas locais.

## 5. Interseccionalidade, produção de diferença e exclusão

Os efeitos da extração se depositam na terra e em corpos, e o mapeamento desses efeitos deve ser feito considerando diversos marcadores sociais como gênero, classe e etnia, assinalando uma tríade constitutiva do colonialismo: linguagem, identidade e exclusão. As violências coloniais contra populações dissidentes em suas matrizes de raça, gênero e sexualidade e as semioses de resistência ao geontopoder produzidas por elas são discutidas em três textos que articulam como discursos e práticas responsáveis por definir e produzir a diferença inscrevem subjetividades, identidades, experiências em relações sociais, as quais também operam produzindo práticas de resistência e formas de ser de outra maneira.

Toda formação discursiva é um lugar de poder, e não há nenhum lugar de poder onde a dominação, subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade, convivialidade e sociabilidade sejam produzidas e asseguradas de uma vez por todas. Antes, o poder é constituído performativamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas. As subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam. A precisa interação desse poder em instituições e relações interpessoais específicas é difícil de prever. Mas se a prática é produtiva de poder, então a prática é também um meio de enfrentar as práticas opressivas do poder (Brah, 2006: 373).

Seguindo Brah, são as práticas sociais e discursivas, como a extração em suas diversas gramáticas, que produzem poder, e os artigos apresentados nesta seção oferecem argumentos que podem sustentar essa perspectiva. Nesse sentido, o artigo *Raizeiras: a força do Cerrado está na raiz ou Pensamentos com chá de Canela de Perdiz*, de Mayra Nascimento Fonseca, ao refletir sobre a centralidade do manejo de raízes na relação entre as raizeiras e o Cerrado, evidencia como essa prática molda a identidade das raizeiras - reconhecidas como comunidade tradicional pelo Estado brasileiro, e que desempenham um papel essencial em traduzir saberes tradicionais e hegemônicos, conectando espaços urbanos e rurais. Partindo de interlocuções com mestres raizeiras e vivências familiares, o relato explora como o conhecimento dessas mulheres demonstra uma “habilidade interpretativa” que fundamenta uma relação de respeito e corresponsabilidade com o bioma. O texto propõe que o conhecimento das raizeiras é uma ciência ancestral enraizada na interação com o Cerrado, em que plantas e territórios são agentes ativos, desafiando epistemologias dominantes e colonialistas, e conectando humanos e mais-que-humanos. Fonseca propõe alternativas epistêmicas baseadas em saberes locais e modos de existência “enraizados”, reconhecendo a importância das práticas comunitárias no enfrentamento das violências do liberalismo tardio. O relato contribui com uma análise rica sobre a governança da diferença e a valorização de conhecimentos ancestrais como práticas de resistência e identitárias, ampliando as possibilidades de resistência contra o geotopoder e reforçando a interseção interdisciplinar entre linguística, antropologia e práticas ecológicas.

O ensaio poético *Na Toca da Onça cabe o Brasil todinho: As Ladeiras de Pedras das Catástrofes Ancestrais*, de Murilo dos Santos Gomes, combina memórias pessoais e análises críticas para revisitar a história e a colonialidade em Jaguaquara (BA), denunciando a violência histórica do geotopoder contra povos afro-indígenas. Utilizando conceitos de Povinelli, Krenak e Mombaça, o autor explora as “catástrofes ancestrais” que moldam a contemporaneidade, como o apagamento de culturas locais e a imposição de narrativas históricas eurocentradas. Através de uma narrativa interseccional que mescla os estilos acadêmico e literário, o texto dá voz às resistências invisíveis que florescem sob o peso da colonialidade. Ele propõe a revalorização de histórias e memórias como ferramenta de resistência, reconfigurando os espaços simbólicos e materiais da Toca da Onça para abrigar perspectivas dissidentes e contra-hegemônicas. Este trabalho expõe as implicações do geotopoder na história e na subjetividade brasileiras. Ao articular formas de resistência através de linguagens híbridas, Gomes desafia as hierarquias coloniais e contribui para uma produção de conhecimento anticolonial centrada na memória, na ancestralidade e numa língua que se rebelde.

Já o artigo *Lacunas de raça e gênero e diferintes: reflexões sobre outras maneiras de persistir em semioses humanas e mais-que-humanas*, de Carolina

Fernanda Soares Silva e Gabriela Magalhães Sabino, explora criticamente as lacunas de dados envolvendo gênero e raça, analisando como elas perpetuam discriminações semióticas, linguísticas e corporificadas que sustentam a colonialidade. Com base nos conceitos de *diferinte*, conforme tradução do termo *otherwise* utilizado em na publicação de *Geontologias* no Brasil (Povinelli, 2023), e do debate sobre *diferença* de Joan Scott, as autoras debatem o impacto dessas lacunas em práticas sociais que marginalizam mulheres e corpos racializados. O texto destaca a exclusão de grupos subalternos de sistemas de dados e redes de governança, perpetuando estruturas hegemônicas de poder. Paralelamente, argumenta que tais lacunas são práticas materializadas do geotopoder, ao restringirem a agência semiótica de corpos e materialidades mais-que-humanas. Contudo, o texto propõe caminhos para reconfigurar epistemologias, promovendo espaços para o *diferinte* como resistência às normatividades coloniais e de gênero. Ao analisar a governança da diferença no liberalismo tardio, o artigo evidencia como a persistência de outras maneiras de existir desafia as formas de controle e exclusão vigentes no e sustentadoras do liberalismo tardio. E ao criticar os efeitos performativos coloniais e valorizar semioses alternativas, o texto contribui para a desconstrução da governança colonial e para o fortalecimento de práticas anticoloniais no Brasil.

## 6. Linguagens, saberes e transformações políticas

A extração é uma linguagem. Os discursos e as epistemes linguísticas nutrem uma cumplicidade com uma ética planetária extrativista. No entanto, a língua também é o território em que podemos resistir, pois a linguagem “funciona como o meio primordial, através do qual os humanos podem dirigir coletivamente sua atenção. A linguagem é uma incorporação performativa da atenção conjunta” (Bonfante, 2024: 25). O quarto eixo de artigos que compõem o dossiê é composto por textos que estressam a linguagem como veículo de mudança, como instrumento político, como o principal gesto de atenção conjunta. Eles reconhecem e se engajam com a ideia de que a linguagem é o “principal método para criar, atribuir existência, reconhecê-la, para engajar em diálogo, para comunicar e para uma recepção empática de outras percepções e sentidos” (Bonfante, 2024: 25). Assim, os artigos que apresentamos a seguir permitem tomar a língua como elemento inescapável das empreitadas colonialistas, seja pela via de sua performatividade, das retificações epistemológicas (ver Vallada, ver Povinelli, ver Gomes, Ferreira e Ramos, neste volume) ou da politicização da palavra.

No artigo *Novas linguagens, sonhos ancestrais: por uma semiótica contra-colonial*, Thais Elizabeth Pereira Batista desenvolve uma proposta de semiótica contracolonial inspirada pelas cosmologias indígenas, quilombolas e negras brasileiras. A autora articula as análises de poder de Foucault, Mbembe

e Povinelli para examinar como o geontopoder opera na naturalização do colonialismo de povoamento e na extração de recursos materiais e simbólicos. Partindo do workshop ministrado por Elizabeth Povinelli na Universidade Federal de Goiás, o texto propõe uma semiótica que desafie o geontopoder ao valorizar modos de existência que superam as divisões entre humanos e mais-que-humanos. Batista defende que epistemologias ancestrais oferecem alternativas às dinâmicas devastadoras do capitalismo e do colonialismo global, apontando para a urgência de incorporar perspectivas locais e tradicionais nas lutas políticas e ambientais. O trabalho também destaca a resistência através da linguagem, argumentando que práticas semióticas ancestrais podem ser reativadas como formas de insurgência contra as narrativas coloniais dominantes. Ao integrar cosmologias marginalizadas à análise semiótica, o texto fortalece a produção de conhecimento brasileiro anticolonial, alinhando-se aos objetivos do dossiê de identificar e combater o geontopoder e promover epistemologias decoloniais.

Já o artigo *O problema do espaço semiótico: articulações para os estudos de linguagem e mobilidade*, de Amanda Diniz Vallada, explora a relação entre linguagem, mobilidade e espacialidade, destacando a centralidade da noção de espaço para a produção de significado e a mobilização de recursos semióticos. O artigo enfoca a noção de “repertórios espaciais” (Pennycook & Otsuji, 2015), profícua para observar como práticas comunicativas emergem das interações espaciais entre recursos humanos, materiais e semióticos. A autora destaca que o espaço é produzido, vivenciado e contestado nas dinâmicas da vida social material (Povinelli, 2011, 2016, 2021) e, portanto, agente ativo e relacional na construção de significado, formando repertórios dinâmicos que são construídos ao longo das trajetórias de mobilidade e interação, reforçando a importância dessas dinâmicas para compreender o papel do espaço nas práticas linguísticas. Este texto contribui com o dossiê ao abordar como as dinâmicas de mobilidade e espacialidade interagem com o geontopoder, interrogando noções fixas de espaço e linguagem, propondo alternativas críticas que desestabilizam hierarquias, sempre coloniais e neoliberais.

Por outro lado, o artigo *Pensar a linguagem nas insurgências de um mundo silenciado: por uma visada geontológica e biodecentrada da significação*, de Emanuel Pedro Martins Gomes, Mayara de Souza Ferreira e Rosimeire Oliveira Azevedo Ramos, parte de uma proposta de imaginar uma visada geontológica da linguagem, no campo da Pragmática, problematizando a ideia de cisão entre linguagem e mundo, sujeito e objeto, a partir do horizonte ontológico da *Não Vida* como potencial de significação biodecentrada do humano. Num contexto em que se destaca a necessidade da insurgência de concepções ontoepistemológicas sobre a Natureza como sujeito de direito e entes não humanos como confluente, este ensaio propõe que imaginemos uma compreensão da linguagem e da significação na construção de um

horizonte agentivo, confluyente e compartilhante, no qual se inserem entidades humanas e não humanas, viventes e não viventes, como atores que performam sua significação. Este artigo articula, assim, uma crítica às bases epistemológicas do geontopoder, propondo alternativas baseadas em cosmologias decoloniais, sugerindo uma semiótica que valorize as agências mais-que-humanas na construção de significados.

O último texto que compõe esse dossiê é a tradução do ensaio *Semiótica depois do Geontopoder: algumas reflexões preliminares*, publicado em 2024 por Elizabeth Povinelli. Nele, a autora apresenta parte das discussões feitas no workshop realizado na UFG, e que estão contidas no projeto de seu novo livro, provisoriamente intitulado “Precisamos de uma semiótica depois do Geontopoder?”. O texto examina as condições sócio-históricas para libertar teorias da mente, comunicação e linguagem do humanismo, propondo uma semiótica que transcenda a divisão entre *Vida e Não Vida*. Povinelli discute os riscos políticos e éticos de definir capacidades semióticas de seres pré-humanos, não-humanos e inertes, articulando essa teorização às lutas indígenas por direitos da natureza. O texto desafia as hierarquias coloniais que sustentam o geontopoder, propondo modelos semióticos que apoiem as cosmologias e parentescos indígenas. Além disso, a autora aborda como formas ocidentais de conhecimento reproduzem divisões coloniais, sugerindo estratégias teóricas que resistam a essas imposições. Este ensaio sintetiza os objetivos do dossiê ao propor uma semiótica insurgente que desafie as estruturas epistêmicas e materiais do geontopoder. Ao enfatizar a relevância de epistemologias indígenas e cosmologias mais-que-humanas, o texto oferece uma base teórica robusta para resistências anticoloniais no Brasil a modelos teóricos sobre mente e semiose que são excludentes e que reforçam a excepcionalidade humana.

## 7. Desfechos e aberturas

Este texto teve três razões explícitas: prover um testemunho histórico da visita de Elizabeth Povinelli ao Centro-Oeste brasileiro, em meio ao bioma Cerrado, berço das águas brasileiras e objeto de extração e destruição capitalista; situar teoricamente o conceito de geontopoder, contra o qual se erigem as semióticas anti-coloniais; e descrever os artigos reunidos neste dossiê inspirado por essa visita e diálogo conceitual.

Trata-se de trabalhos que se debruçam sobre os conceitos da pensadora e reconhecem, por um lado, o emaranhamento entre diversas formas de existência no planeta e, por outro, os processos históricos que se articulam a discursos, afetos e táticas que insistem em criar e manter separações. Sobretudo são trabalhos que desafiam as lógicas capitais pelo ofício e arte da escrita. Talvez seja interessante recorrer neste momento

novamente a Le Guin, que abriu este texto, pois ela estabelece pra escrita um poder performativo da resistência e da mudança:

A motivação do lucro muitas vezes entra em conflito com os objetivos da arte. Vivemos no capitalismo. Seu poder parece inescapável. O mesmo aconteceu com o direito divino dos reis. Qualquer poder humano pode ser resistido e modificado pelos seres humanos. A resistência e a mudança geralmente começam na arte, e muitas vezes em nossa arte - a arte das palavras (Le Guin, 2014, n.p.).

Se as palavras podem nos conduzir a diferentes imaginações do mundo, é porque nelas se encontram as próprias formas da nossa imaginação. Este posicionamento crítico é o fundamental para criar outra linguagem conceitual, cultivar outro imaginário e, como disse o intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023), para enfeitiçar a linguagem colonialista. Este dossiê é o desfecho de um debate articulado de um modo muito potente durante o Workshop *Semiotics after Geontopower*. Um debate sobre modos de existências, práticas críticas, comunitárias e de resistência, alternativas epistêmicas e éticas, resistências às normatividades e valorização de conhecimentos ancestrais, na esteira da imaginação do mundo contra a colonialidade e seus modelos de extração e destruição, contra o geontopoder.

Desejamos que esse debate produza aberturas, tanto à imaginação de novos modelos semióticos resistentes ao canto da sereia do progresso moderno-colonial, quanto aos modelos semióticos já existentes em comunidades e territórios que ainda lutam pelo direito a seus modos de existência e relação com os entes e seres de seu entorno - a terra, o solo, a água, o carbono e suas diversas formas de organização.

## Referências

AGAMBEN, G. 2002. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. H. Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ALTHUSSER, L. 2005. A corrente subterrânea do materialismo do encontro (1982). Trad. M. Zoppi-Fontana. *Crítica Marxista*, 1(20): 9-48.  
<https://doi.org/10.53000/cma.v12i20.19565>

BISPO DOS SANTOS, A. 2023. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA.

BONFANTE, G. M. 2024. Language epistemology and more than human ethics: narratives on chthulucenic meaningful encounters. *Anthropocenica - Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica*, 5: 21-43.  
<https://doi.org/10.21814/anthropocenica.5778>.

BRAH, A. 2006. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26: 329-376.

FOUCAULT, M. 1988. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Gallimard.

\_\_\_\_\_. 1996. Afterword: the subject and Power. In: Dreyfus, H.; Rabinow, P. (eds.). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. London: Harvester Wheatshea. p. 208-226.

\_\_\_\_\_. 2008. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. 2015. Governamentalidade (1978) In: Machado, R. (org.) *Microfísica do poder*, 3. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz & Terra.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. 2016. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, 16(3): 34-44.  
<https://doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>.

GALEANO, E. 1978. *As Veias Abertas da América Latina*. Trad. G. Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Estudos latino-americanos, v. 12).

HARAWAY, D. 2016. *Staying with the problem: making kin in the Chthulucene*. Durham e Londres: Duke University Press.

LE GUIN, U. Ursula Le Guin Speech Challenges The Inevitability of Capitalism. *Films for Action*. 19 nov. 2014. Disponível em:  
<https://www.filmsforaction.org/watch/ursula-le-guin-speech-challenges-the-inevitability-of-capitalis>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MBEMBE, A. 2018. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. R. Santini. São Paulo: n-1 edições.

MOMBAÇA, J. 2020. A plantação cognitiva. In: *MASP AfterAll: Arte e Descolonização*. São Paulo: MASP.

\_\_\_\_\_. 2021. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó.

POVINELLI, E. A. 2011. *Economies of abandonment: social belonging and endurance in late liberalism*. Durham: Duke University Press.

\_\_\_\_\_. 2013. As quatro figuras da 'sexualidade' nos colonialismos de povoamento. Trad. Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, 41: 11-18.  
<https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000200002>.

\_\_\_\_\_. 2016. Pragmáticas íntimas: linguagem, subjetividade e gênero. Trad. Joana Plaza Pinto. *Revista Estudos Feministas*, 24(1): 205-237.  
<https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p205>.

\_\_\_\_\_. 2021. *Between Gaia and Ground: Four axioms of existence and the ancestral catastrophe of late liberalism*. Durham: Duke University Press.

\_\_\_\_\_. 2023a. A vontade de ser de outra maneira/ O esforço de persistir. Trad. J. P. Pinto. *Sociedade e Cultura*, 26: 1-33. DOI: 105216/sec.v26.76746.

\_\_\_\_\_. 2023b. *Geontologias: Um réquiem para o liberalismo tardio*. Trad. M Ruggieri. São Paulo: Ubu Editora.

\_\_\_\_\_. 2024a. *Catástrofes ancestrais e atuais*. Conferência proferida no primeiro dia do Workshop Semiotics after Geontopower. Goiânia, 15 abr.

\_\_\_\_\_. 2024b. *Semiótica e a comunicação humana e mais que humana*. Conferência proferida no primeiro dia do Workshop Semiotics after Geontopower. Goiânia, 15 abr.

POVINELLI, E. A; PINTO, J. P. 2022. Sobre mediação semiótica: as condições corporais da comunicação humana e mais-que-humana: Uma entrevista com Elizabeth Povinelli. *Signótica*, 34: 1-20. DOI: 10.5216/sig.v34.

SILVA, D. F. 2019. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons.

\_\_\_\_\_. *Homo modernus: Para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó.